



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

1 No dia quatorze de julho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas em ponto,
2 através da plataforma Microsoft – Teams por videoconferência, com um quórum
3 mínimo de vinte e três conselheiros presentes à reunião teve início. **Presença dos**
4 **conselheiros e conselheiras governamentais:** Ministério da Cidadania – Titular *Marcela*
5 *Rolim Siqueira*, Ministério da Economia – Titular *Antônio Paulo Barêa Coutinho*,
6 Ministério da Saúde - Titular *Aline Ludmila de Jesus*, Ministério da Educação – Titular
7 *Fabício Storani de Oliveira* e a 2ª Suplente *Fernanda Teixeira Frade Almeida*, Ministério
8 da Justiça e Segurança Pública - 2º Suplente *Gustavo de Souza Rocha*, Ministério da
9 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Titular *Marisson de Melo Marinho*, Secretaria
10 de Agricultura Familiar e Cooperativismo, *Marco Aurélio Pavarino* e o 2º Suplente -
11 *André Luís de Oliveira Araújo*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - 1º Suplente
12 - *Wanessa Queiroz de Souza Oliveira* e a 2ª Suplente *Silvana Copceski Stoinkhi*,
13 Ministério do Meio Ambiente - Titular *Marcus Nazareth Peçanha*, Secretaria de Governo
14 da Presidência da República - 1º Suplente *João Daniel de Andrade Cascalho*, Instituto
15 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) -Titular *Marcos José Pereira*
16 e a 2ª Suplente *Mara Carvalho Nottingham*, Ministério da Mulher, da Família e dos
17 Direitos Humanos - Secretaria Nacional da Proteção Global, Titular *Herbert Borges Paes*
18 *de Barros*, Secretaria Especial da Cultura – Titular *Edi Freitas*, Ministério da Mulher, da
19 Família e dos Direitos Humanos – SNPIR – Titular *Isabel Cecília Mendes Paredes* e o 1º
20 Suplente *Leonardo Passinato e Silva*. **Ausência:** Casa Civil da Presidência da República e
21 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Presença dos conselheiros**
22 **e conselheiras da sociedade civil:** Comunidades Quilombolas - Coordenação Nacional
23 de Articulação das Comunidades Negras Rurais – CONAQ - Titular *Jhonny Martins de*
24 *Jesus* e a 1ª Suplente *Maria Rosalina dos Santos*, Povos de Terreiro – Associação Cultural
25 de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU - Titular *Raimundo Nonato Pereira da*
26 *Silva/ Taata Lubitu Konmannanjy*, Povos Ciganos – Associação Centro de Estudos e
27 Discussão Romani- Associação CEDRO - Titular *Maura Ney Piemonte* e a 1ª Suplente:
28 *Maria Jane Soares Targino Cavalcanti* - Associação Comunitária dos Ciganos de
29 Condado, Extrativistas Costeiros e Marinheiros - Comissão Nacional de Fortalecimento das
30 Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros –
31 Titular *Carlos Alberto Pinto dos Santos* e a 1ª Suplente - *Célia Regina das Neves Favacho*,
32 Caiçaras – Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras - 1º Suplente
33 *Jorge Inocêncio Alves Júnior*, Gerapeiros – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de
34 Minas 1º Suplente *Samuel Leite Caetano*, Veredeiros - Associação dos Pequenos
35 Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências –
36 Titular *Jaime Alves dos Santos*, Povo Pomerano - Associação Pomerana de Pancas –
37 APOP – Titular *Helmar Spamer*, Comunidade das Catadoras de Mangaba – Movimento
38 das Catadoras de Mangaba – MCM - Titular *Alicia Santana Salvador Moraes*, Ribeirinhos
39 – Grupo de Trabalho Amazônico, 1º Suplente *João Bosco Campos dos Santos*,
40 Andirobeiros – Departamento de Povos e Comunidades Tradicionais – Instituto Ecovida,



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

41 Titular *Edna Maria da Costa e Silva*, Pantaneiros – Rede de Comunidades Tradicionais
42 Pantaneiras - Titular *Cláudia Regina Sala de Pinho*, Vazanteiros - Associação dos
43 Vazanteiros do Município de Itacarambi-MG - Titular *Cícero Ferreira Lima*, Apanhadores
44 de Flores Sempre Vivas – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades
45 Extrativistas - Titular *Maria de Fátima Alves*, Caatingueiros – Associação dos Pequenos
46 Produtores Rurais da Fazenda Charco - Titular *Eva Francisca de Jesus Santana*. **Ausência:**
47 Povos Indígenas, Pescadores Artesanais, Extrativistas, Faxinalenses, Retireiros do
48 Araguaia, Comunidades de Fechos e Pasto e Quebradeiras de Coco Babaçu. **Convidados**
49 **permanentes:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - MPU - *Edmundo Antônio Dias*
50 *Neto*, Conselho Nacional dos Direitos Humanos - *Paulo Roberto Martins Maldos*.
51 Defensoria Pública da União (DPU) – *Ed Willian Fuloni Carvalho*. **Convidados:**
52 Universidade de Campinas (UNICAMP) - *Marcus Coutinho*, Ministério da Mulher, da
53 Família e dos Direitos Humanos – SNPIR – *Liz Maximiano, Raiane Xavier e Rodrigo Faria*,
54 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – *Aline Vosgau e Mônica Julien*,
55 MAPA - Departamento de Registro e Monitoramento da Aquicultura e Pesca - *Aline V.*
56 *Fagundes*, Ministério da Educação - *Sérgio de Oliveira* e Ministério da Ciência,
57 Tecnologia e Inovações – *Eliezo Alves de Souza*.

58

59 **Item I** – Ao constatar o número de quórum para o colegiado, a presidenta *Cláudia Regina*
60 *Sala de Pinho* (Pantaneiros – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras), fez a
61 abertura da VIII Reunião Ordinária do CNPCT dando boas-vindas a todos e todas. Em
62 seguida, *Raimundo Nonato Konmannanjy* da Associação Cultural de Preservação do
63 Patrimônio Bantu – ACBANTU (Conselheiro Titular Povos de Terreiro) e *Célia Regina das*
64 *Neves Favacho* (1º Suplente - Extrativistas Costeiros e Marinhos - Comissão Nacional de
65 Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas
66 Costeiros e Marinhos), realizaram a Mística com cânticos e rezas de sua etnia.

67 **Item II** – Com a palavra a Sra. Presidente solicitou a Secretária Executiva *Mariléia Silva*
68 *de Paula* que realizasse a leitura da Resolução nº 6 de 1 de junho 2020, para validação
69 de reunião por videoconferência por conta da pandemia ocasionada pelo SARS – COV19
70 Após a leitura, foi dada a palavra aos conselheiros para fazerem suas considerações e
71 sugestões. A Secretária Executiva fez a projeção de tela na plataforma da reunião, a
72 fim de dar transparência e visibilidade a todos sobre a proposta de Resolução. Após a
73 projeção, diversos Conselheiros fizeram suas considerações e sugestões de ajuste nos
74 autos da Resolução. Com a palavra a Sra. Presidente decide utilizar a proposta abaixo
75 para o Art. 2º - §6º:

76 “A Secretária Executiva do CNPCT em articulação com o Ministério da Ciência,
77 Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações buscará dar as condições para
78 garantir a participação dos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais,



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

79 sempre que possível com a instalação de equipamentos de acesso à internet nos
80 territórios tradicionais e observadas as medidas de enfrentamento ao COVID-19”.
81 Visando a segurança e o registro da votação, a Sra. *Cláudia Regina Sala de Pinho*,
82 Presidente do Conselho acatou a sugestão da Secretária Executiva Mariléia Silva de
83 Paula e colocou em pauta o Art. 2º na tela para votação. O texto apresentado para o art.
84 2º da Resolução foi aprovado com 24 votos unânimes, sendo estes 12 de representantes
85 da Sociedade Civil e 12 representantes do governo. Em seguida foi solicitada através da
86 Sra. Presidente a votação do Art. 3º da Resolução nº 6 de 1 de junho 2020. A Secretaria
87 Executiva projetou na tela da plataforma virtual as duas propostas de redação, a
88 primeira sendo do Sr. Conselheiro *João Bosco Campos dos Santos*, “Art. 3º - Nas reuniões
89 realizadas por meios de participação remota as votações serão apuradas conforme o
90 registro dos votos dos conselheiros aptos a votar” e a segunda proposta sendo da
91 Consultoria Jurídica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
92 (CONJUR): “Art. 3º - As reuniões convocadas por meios de participação remota deverão
93 ser iniciadas, encerradas e ter suas votações apuradas por meio de mensagens
94 registradas no chat do aplicativo utilizado para realizar a videoconferência”. A proposta
95 do Sr. Conselheiro *João Bosco Campos dos Santos* foi aprovada com 20 votos a favor, 3
96 abstenções, totalizando 23 votos. A Resolução nº 6 de 01 de junho de 2020 foi aprovada
97 com ressalvas nos parágrafos Art. 2º - §6º e Art. 3º, que somente após análise da
98 Consultoria Jurídica a mesma será publicada.

99 Intervalo para o Almoço.

100 **Item III** - Leitura e aprovação da ordem do dia. Com a palavra o Sr. Conselheiro *João*
101 *Bosco Campos dos Santos* solicitou a inclusão do ponto de pauta: apresentação do grupo
102 de trabalho responsável pela elaboração do edital da eleição gestão 2020/2022. Foi
103 informado através do Sr. *Marisson Marinho* que a Sra. *Ana Rita* da Superintendência de
104 Abastecimento da CONAB, estaria fazendo parte da apresentação de estratégia de
105 compra e logística de distribuição das cestas de alimentos realizada por meio da TED
106 003 firmada entre o Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos e a CONAB.
107 Com a palavra o Sr. Conselheiro *Carlos Alberto* respaldou a fala do conselheiro *João*
108 *Bosco Campos dos Santos* e sugeriu o debate do adiamento da eleição gestão 2020/2022
109 devido a atual conjuntura mundial de pandemia. Com a palavra o Sr. Conselheiro
110 Leonardo Passinato sugeriu a apresentação da proposta de edital gestão 2020/2022
111 para a apreciação do plenário e apresentou ao pleno os pontos de discussão e a
112 sistematização dos autos da minuta de edital realizada pelo Grupo de Trabalho. A Sra.
113 *Claudia Pinho* lhe afirmou que de acordo com o regimento interno a publicação de um
114 edital deve ser feita 90 dias antes de vencer o mandato vigente e no caso dessa gestão
115 o mandato venceria no dia 11 de setembro. Foram discutidas as diversas decisões que
116 deverão ser tomadas em relação ao tema, principalmente a situação de como ficarão as



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

117 reuniões a partir de setembro e a possibilidade da realização da eleição pós pandemia,
118 ou seja, durante o ano de 2021. Foi informado que não havia necessidade de
119 prorrogação do GT, pois ainda se encontrava dentro do prazo. Conforme consta na Ata
120 da 7ª Reunião Ordinária, na linha de número 417, os nomes que constam como
121 suplentes são: *Konmannanjy, Rubem Tarveny, Alicia Santana, Maura Ney*. Ficou
122 acordado que os representantes do governo seriam indicados somente até o dia 09 de
123 abril, também na última reunião da comissão eleitoral a indicação do conselheiro João
124 Bosco estaria sendo apresentada nessa reunião, para que ele possa ser convidado para
125 comissão. Com a palavra a *Sra. Claudia Pinho* afirma que é necessário o pleno deliberar
126 e publicar uma Resolução prorrogando o GT para que seja mantida a continuidade às
127 tratativas da publicação do edital. Ela também relata que o assunto estará na pauta ser
128 votado amanhã e convocará uma reunião extraordinária para deliberar sobre essa
129 questão. Em seguida colocou a ordem do dia para a votação do pleno com as alterações
130 propostas e esta foi aprovada com vinte votos a favor e cinco abstenções.

131 **Item IV** – Leitura e aprovação da Ata da VII Reunião Ordinária do CNPCT com vinte votos
132 favoráveis e seis abstenções.

133 **Item V** – Apresentação das devolutivas e encaminhamentos da VII Reunião Ordinária.

134 **Item VI** - Com a palavra a *Sra. Aline V. Fagundes* (Departamento de Registro e
135 Monitoramento da Aquicultura e Pesca), informou sobre a situação do Registro Geral de
136 Pescadores, as questões referentes a pesca profissional artesanal dentre as
137 competências da Secretaria a título de conhecimento, é conceder licenças, permissões
138 e autorizações para o serviço da aquicultura e de modalidades de pesca como a pesca
139 comercial artesanal e industrial além de pescas ornamentais, subsistência e amadora ou
140 desportiva, então, essas autorizações para pescas profissionais artesanais são feitas pela
141 Secretaria e, especificamente a coordenação está aqui em Brasília conosco. Foi realizado
142 um debate em que os Conselheiros fizeram diversas perguntas para tirar as dúvidas com
143 a *Sra. Aline*. Atualmente a portaria que está em vigor para a regulamentação dos
144 protocolos é a portaria nº 24, de 19 de fevereiro de 2019 que foi prorrogada pela
145 portaria 302 de dezembro de 2019. Foi realizada uma organização de todos os processos
146 das gestões anteriores para que pudéssemos atender as demandas dos setores,
147 principalmente com relação as informações contidas nos protocolos.

148 **Item VII** - O *Diretor Rodrigo Faria*, representante do Ministério da Mulher, da Família e
149 dos Direitos Humanos – SNPIR, fez dois rápidos informes: em primeiro lugar ele
150 informou que o Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais –
151 DIMOPE/SNPIR realizou um levantamento de dados dos PCTs, a fim de facilitar o acesso
152 as políticas públicas para povos e comunidade não cadastrados no IBGE. A Secretaria
153 Executiva foi incumbida de levar os dados deste levantamento à presidente do



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

154 Conselho. Para uma melhor eficácia deste levantamento, é importante a participação
155 do Conselho para atualização dos dados na plataforma do Ministério Público Federal.
156 Portanto foi solicitada a participação efetiva dos seis representantes do CNPCT no
157 Conselho gestor do Ministério Público Federal. Logo, apresentou o aplicativo com
158 dispositivo para ferramenta Android que ajudará na referência territorial dos PCTs. Este
159 aplicativo foi desenvolvido a partir de uma parceria da Secretaria Nacional de Políticas
160 de Promoção da Igualdade Racial e a Universidade Federal do Paraná. Em seguida,
161 passou a palavra para *Raiane Xavier* (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
162 Humanos – SNPIR), fazer a apresentação do dispositivo. A apresentação foi enviada aos
163 conselheiros e conselheiras pelo correio eletrônico do conselho. A seguir *o Diretor*
164 *Rodrigo Faria*, representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
165 Humanos – SNPIR, justificou a ausência do Secretário Adjunto *Esequiel Roque do Espírito*
166 *Santo* e fez apresentação do ponto de pauta: a situação dos Povos e Comunidades
167 Tradicionais frente o avanço do COVID-19. Foram apresentados os três principais eixos
168 das ações: Eixo Saúde que basicamente é o que atende ao principal ponto da pandemia
169 de coronavírus, que envolve a questão da prevenção e o combate ao vírus. Eixo da
170 Proteção Social: o Governo Federal tem buscado fazer uma ampliação dos beneficiários
171 dos programas de transferências de renda. A questão da aquisição de alimentos será
172 apresentada pelo conselheiro *Marisson* da CONAB e a questão da assistência social será
173 apresentada amanhã pela conselheira *Marcela Rolim* do Ministério da Cidadania e por
174 último, Eixo Auxílio Emergencial e Aquisição e Distribuição de Cestas básicas. Com a
175 palavra o *Sr. João Daniel Cascalho* (Secretaria de Governo da Presidência da República)
176 – abordou o ponto referente a Lei 14.021 sancionada em 07 de julho de 2020. Em
177 relação aos vetos quero trazer alguns pontos que foram sancionados na lei e que são
178 importantes justamente para essa abordagem junto aos quilombolas, as comunidades
179 tradicionais e aos indígenas por exemplo. Na Lei que foi sancionada está previsto sim a
180 criação de plano emergencial que primeiro reconhecem todas as comunidades
181 tradicionais como vulneráveis isso é importante para ter ações diferenciadas para esses
182 povos, então assim mesmo com o veto mantiveram outros. Por exemplo, em artigos de
183 segurança alimentar que fala que vai ser garantida a segurança alimentar e nutricional
184 aos Povos Tradicionais indígenas, quilombolas e pescadores então assim mesmo com os
185 vetos avançou-se muito essa criação desse PL, então a sua preocupação *Cláudia* que não
186 vai ter por parte do Governo respaldo jurídico por exemplo isso de certo modo não é
187 verdade foi sancionado pelo Presidente um projeto de lei que agora foi convertido para
188 Lei que está prevendo justamente ações adicionais para Comunidades Tradicionais,
189 como por exemplo alguns casos de distribuição de cestas básicas, tratando sobre a
190 produção de alimentos familiar que a União vai ter a obrigação de propor e sejam
191 priorizados essa parte da agricultura dentro da própria comunidade. Então assim o



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

192 projeto de Lei está sendo muito falado realmente em relação aos vetos, mas quando a
193 gente analisa o que foi sancionado que realmente já está no papel que vai dar segurança
194 jurídica para o Governo atuar junto aos povos que estão na ponta tem muito avanço
195 esse é um ponto que eu acho importante a gente deixar claro justamente por isso,
196 alguns pontos de segurança alimentar nutricional estão lá está claro a sua dúvida
197 inclusive ao que não tem previsão está lá na Lei e ela foi sancionada então não foi vetada
198 esse ponto. Foram vetados alguns pontos adicionais realmente mais o avanço que se
199 tem com esse PL é significativo, então é importante ouvir os PCTs e sem dúvida nenhuma
200 os números apresentados eles estão frios conforme a fala do conselheiro *Konmannanjy*,
201 mas em relação ao trabalho que o Governo tem feito não tenho dúvida está sendo feito
202 muito, não quer dizer que está na hora de não fazer mais não é isso, mas em termo do
203 PL do projeto de lei que foi convertido. O que foi sancionado pelo presidente, teve muito
204 avanço em relação ao tratamento das comunidades tradicionais, dos indígenas, em
205 relação ao Covid e as ações emergenciais. Está previsto sim ações para planos
206 específicos para pescadores por exemplo, específicos para quilombolas por exemplo
207 está na Lei que foi sancionada pelo presidente, está na Lei *Cláudia* é só um
208 esclarecimento nesse ponto entendendo a preocupação de vocês e é legítimo, mas tem
209 alguns pontos que avançaram sim que são importantes também. Nós não estamos
210 parados e o projeto de lei é uma oportunidade que agora nós vamos regulamenta-lo,
211 falar como vai ser feito essa parte orçamentária é um desafio que nós vamos ter que
212 resolver não tem como fugir disso, precisamos atender a população é isso. A seguir a
213 presidente Cláudia fez as considerações finais sobre o veto da Lei 14.021 e deu-se por
214 encerrado o primeiro dia da oitava reunião ordinária.

215 Na retomada dos trabalhos no décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e
216 vinte houve alterações no quadro de participantes. *Ministério da Cidadania* –1ª
217 Suplente Camila Batista Marins Carneiro. *Cláudia Regina Sala de Pinho* Presidente do
218 Conselho (Pantaneiros – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras) – Solicitou a
219 Secretária Executiva Mariléia Silva de Paula que realizasse a chamada de todos os
220 conselheiros (as) do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ao
221 constatar o número de quórum para o colegiado, a presidente *Cláudia Regina Sala de*
222 *Pinho* (Pantaneiros – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras), deu início ao
223 segundo dia da VIII Reunião Ordinária do CNPCT, passando a palavra ao Conselheiro
224 *Raimundo Nonato Konmannanjy* (Povos de Terreiro – Associação Cultural de
225 Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU), realizar a abertura com a Mística com
226 cânticos e rezas de sua etnia.

227 **Item VIII** - Com a palavra a Sra. *Marcela Rolim Siqueira*, representante do Ministério da
228 Cidadania informa que os serviços da assistência social foram considerados essenciais



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

229 de acordo com o Decreto 10.282 de 20 de março de 2020, portanto devem permanecer
230 em funcionamento durante a pandemia porém, seguindo orientações do Ministério da
231 Saúde e conforme as necessidades locais, o Estado o Município tem que avaliar o cenário
232 atual e adaptar as condições locais da saúde pública, justamente porque os Governos
233 Estaduais e Municipais precisam se adaptar conforme as necessidades locais. A primeira
234 portaria 337 de 24 de março de 2020 traz medidas de enfrentamento do COVID-19 no
235 âmbito da rede Socioassistencial pública e privada, nessa portaria temos as medidas
236 para que os gestores, tanto Estados, Municípios e Distrito Federal adotem uma ou mais
237 dessas medidas que trazem artigos, em geral são medidas em turnos de revezamentos,
238 a disponibilização dos EPIs (Equipamento de Proteção Individual) para os funcionários
239 da assistência social, a importância de fazer um agendamento remoto, suspensão
240 temporária de eventos coletivos e caso seja possível essa sugestão, obter distância de
241 no mínimo um metro entre as pessoas. A outra portaria importante é a de nº 54 de 1 de
242 abril de 2020 que traz as mesmas recomendações da portaria 337, porém foca em
243 recomendações para gestores e trabalhadores do SUAS (Sistema Único de Assistência
244 Social) no intuito de garantir a continuidade da oferta dos serviços essenciais da
245 assistência social. Essas duas portarias foram criadas pois diversas pessoas têm nos
246 procurado para saber como será o funcionamento dos CRAS, CREAS, Centro POP,
247 Unidades de Acolhimento, como irão funcionar as ofertas de serviços, benefícios. Esta é
248 uma oferta que deve ser continuada, mas com restrições conforme as orientações do
249 Ministério da Saúde. Diante dessas duas portarias tanto a 337 quanto a 54 produzimos
250 uma FAC de perguntas e respostas para ficar mais fácil a compreensão e o
251 entendimento, traz a separação por blocos, por temáticas e temos o bloco também de
252 povos e comunidades tradicionais.

253 A Sra. Edna Maria da Costa e Silva (Andirobeiros – Departamento de Povos e
254 Comunidades Tradicionais Item XV – Instituto Ecovida) – falou que na última reunião do
255 GT Abrace o Marajó chegaram à conclusão de que conhecendo o trabalho abrace o
256 Marajó para poder estar inserindo, mandando demandas e conhecendo o próprio
257 projeto, a conclusão que chegamos é que precisamos de uma câmara técnica, para
258 acompanhar a implementação da política nacional de povos e comunidades tradicionais
259 decreto 6.040 de 2007 através do programa abrace o Marajó, e as demandas do
260 segmento das andirobeiras dentro desse projeto. art. 25 detalha que tem que ter 5
261 componentes e nós indicamos quais são os componentes que nós queremos dentro da
262 câmara técnica, que é o Ministério da Cidadania, aonde está o projeto abrace o Marajó,
263 o Ministério de Ciência e Tecnologia, com as tecnologias sociais voltadas a produção de
264 comunidades tradicionais, o MAPA com o seu projeto socio biodiversidade onde tem
265 até selo, tem essa produção que tem a EMBRAPA que tem vários projetos para socio



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

266 biodiversidade e o Ministério do Meio Ambiente que precisamos de licenças para que
267 todos eles dentro de suas ações pra que estejam portados dentro do abraço o Marajó
268 possa também entender a demanda de povos tradicionais inclusive com fomento e
269 produção sustentável.

270 A presidente Cláudia colocou em votação pelo funcionamento da Câmara Temática 4,
271 fomento e produção sustentável, de acordo com a demanda da Conselheira Edna do
272 seguimento das Andirobeiras.

273 Os conselheiros aprovaram a ativação da Câmara Temática por unanimidade dos
274 presentes, 14 votos da Sociedade Civil e 10 votos do Governo, totalizando 24 votos,
275 porém os membros que comporão a Câmara Temática será decido pelo Pleno na
276 próxima reunião do Colegiado.

277 O sr. *Marisson* resalta que a Lei 13.860 de 2019, regulamenta a venda e a fiscalização
278 dos queijos artesanais, era uma restrição para participação de pequena produção de
279 leiteira nas compras de PAA porque essa lei atribuiu a União, aos Estados e Municípios
280 a certificação sanitária e a regulamentação. Porém talvez possa ajudar nas
281 reivindicações ou nas indicações do Conselho para compras de produção de origem
282 animal para poderem participar no PAA, isso é como uma sugestão de desenvolver
283 especialmente para os pecuaristas e pescadores dos povos e comunidades tradicionais.
284 Foi discutido com diversos conselheiros a apresentação do Sr. *Marisson*, porém não
285 houve nenhuma votação. Foi explicada a questão do porque está parado o RDC, porque
286 estava bem avançado, já tinha proposta de piloto e isso seria muito interessante mesmo
287 para retomar esse debate com a ANVISA e talvez junto com a força que esse Conselho
288 tem como órgão importante, possa ser retomado em uma discussão com um regime
289 diferenciado. Foi disponibilizado no chat o número da Lei 14.021 de 7 de julho que
290 flexibiliza a documentação dos PCTs para acesso as compras públicas.

291 **Item X** - As medidas que o mapa tem adotado efetivamente elas vão à linha do que foi
292 dito ultimamente, por um dos conselheiros, que é na linha da comercialização, como a
293 gente consegue olhar nesse momento emergencial para talvez retrate a questão da
294 comercialização dos produtos e que a gente teve um impacto muito significativo. Seja
295 porque quando se fala sobre restaurantes fechados, feiras fechadas, hotéis, parte
296 turística que acaba tendo impacto efetivo sobre a comercialização dos produtos da
297 agricultura familiar, seja de povos e comunidades tradicionais ou de agricultura familiar.
298 Portanto precisamos preparar também as entidades para acessar os recursos no apoio
299 aos projetos que são apresentados a essa, vencer essa burocracia toda que é importante



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 8ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de julho de 2020 -

300 de vencer, está então uma das medidas que o MAPA tem atuado exatamente na questão
301 da comercialização via o PAA, uma outra medida é em relação ao PNAE.

302 **Item XI** - Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem
303 quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinada a
304 matéria constante da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as
305 seguintes deliberações: Aprovação de Resolução 06/2020 – Validação da Reunião por
306 videoconferência. Leitura e aprovação da Ata da VII Reunião Ordinária do CNPCT onde
307 a proposta do Sr. Conselheiro João Bosco Campos dos Santos foi aprovada com 20 votos
308 a favor, 3 abstenções, totalizando 23 votos. A Resolução nº 6 de 01 de junho de 2020
309 foi aprovada com ressalvas nos parágrafos Art. 2º - §6º e Art. 3º, que somente após
310 análise da Consultoria Jurídica a mesma será publicada. Visando a segurança e o registro
311 da votação, a Sra. *Cláudia Regina Sala de Pinho*, Presidente do Conselho colocou em
312 pauta o Art. 2º na tela para votação. O texto apresentado para o art. 2º da Resolução foi
313 aprovado com 24 votos unânimes, sendo estes 12 de representantes da Sociedade Civil
314 e 12 representantes do governo. Devolutivas e encaminhamentos da VII RO – onde a
315 Sra. *Claudia Pinho* afirma que é necessário o pleno deliberar e publicar uma Resolução
316 prorrogando o GT para que seja mantida a continuidade às tratativas da publicação do
317 edital. Ela também relata que o assunto estará na pauta ser votado amanhã e convocará
318 uma reunião extraordinária para deliberar sobre essa questão. Em seguida colocou a
319 ordem do dia para a votação do pleno com as alterações propostas e esta foi aprovada
320 com vinte votos a favor e cinco abstenções.

321 **Item XII** - Os seguintes tópicos somente foram apresentações com uma breve discussão
322 e retirada de dúvidas por parte dos Senhores Conselheiros presentes na reunião:
323 Situação do RGP – Pescadores - *Aline V. Fagundes* (Departamento de Registro e
324 Monitoramento da Aquicultura e Pesca); Situação dos Povos e Comunidades
325 Tradicionais frente o avanço do COVID-19. Apresentação das ações realizadas pelo
326 governo. Apresentação da situação dos territórios pelos PCTs; Auxílio emergencial para
327 agricultores e PCTs - Panorama de Acesso e Soluções. *Marcela Rolim* (Ministério da
328 Cidadania); PAA - Como os PCTs podem vender seus produtos? *Marisson Marinho*
329 (CONAB); Educação - Quais os caminhos a seguir no enfrentamento do COVID -19 nos
330 territórios tradicionais? *Fabrcio Storani de Oliveira e Sérgio de Oliveira* (MEC).

331 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Presidente e a será ata
332 lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada será
333 publicada no Site do Ministério.